

DIÁLOGO

LUIS FILIPE LINDLEY CINTRA

*(Entrevista dirigida por José Mattoso)*

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 3, JUN. 1989

## APRESENTAÇÃO

A entrevista que se segue constitui, além de um documento que me parece muito importante e elucidativo sobre a actividade científica do Prof. Luís Filipe Lindley Cintra, uma homenagem prestada por historiadores à decisiva contribuição que ele deu para a renovação da historiografia portuguesa desde o princípio da década de 1950. Esta contribuição situa-se num dos sectores mais decisivos para o desenvolvimento da historiografia moderna, que é o da crítica textual. Incluo nesta noção todas as operações destinadas a restituir ao texto a sua forma inicial e a interpretá-lo tal como o seu autor e os seus destinatários o entendiam. Foi este elementar cuidado o que faltou tantas vezes aos historiadores portugueses que precederam as primeiras obras de Lindley Cintra e cuja decisiva importância ele veio revelar com os seus exemplares estudos de crítica e de história textual.

Não foi, porém, apenas neste campo que a obra do Prof. Lindley Cintra permitiu uma alteração fundamental na historiografia portuguesa. Também os seus trabalhos filológicos e linguísticos ou até socio-linguísticos (refiro-me aos estudos sobre as formas de tratamento pessoal) puseram nas mãos dos historiadores instrumentos básicos para a interpretação correcta de textos e documentos medievais. Esta entrevista põe tudo isto em relevo e lembra à geração mais jovem dos historiadores actuais um dado que não podem esquecer. Recorda também de uma maneira muito concreta a fecundidade do trabalho interdisciplinar no conjunto das ciências humanas.

Não se pode esquecer, também, o testemunho humano dado pelo nosso entrevistado. Esse é, talvez, o mais importante. Não deve ser confundido nem misturado com o valor do trabalho científico; mas para quem acredita na sua importância representa certamente o segredo do papel multiplicador da obra científica. Não explica apenas o número, o calor, a militância ou o empenhamento dos seus discípulos, mas também a vastidão dos pontos de vista adoptados e a generosidade com que ele empreendeu trabalhos que poderíamos considerar como de investimento em infra-estruturas (como o atlas linguístico, os trabalhos sobre o português fundamental, o laboratório de fonética, o ficheiro cumulativo dos glossários medievais, etc.). Ou seja, a ciência é por ele concebida não como um empreendimento pessoal mas como um serviço prestado à comunidade, aos homens.

Da personalidade humana do Prof. Lindley Cintra se ocuparam já outras entrevistas, entretanto publicadas em jornais e revistas. A nossa não insiste nesse aspecto: destina-se sobretudo a apresentar o depoimento do Prof. Lindley Cintra acerca da sua própria obra científica. Não pretende acrescentar nada de especial ao que aquelas revelaram. Mas os entrevistadores não o esquecem; quiseram antes pôr em relevo a profunda humanidade que está por detrás de uma das obras científicas mais importantes produzidas em Portugal no âmbito das ciências humanas durante o século em que ainda vivemos.

José Mattoso

*JOSÉ MATTOSO — Nesta nossa conversa, gostaríamos de recordar o seu itinerário científico e intelectual, enquadrando-o na mais vasta questão das grandes tendências da investigação e docência universitárias no campo das ciências sociais. Talvez possamos partir da sua experiência pluridisciplinar: como é que sente o relacionamento entre a História e a Filologia?*

L. F. LINDLEY CINTRA — Penso que, a esse respeito, caberia começar por focar a forma como cheguei à edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Tudo partiu da necessidade de escolha de um tema para o meu doutoramento em Letras. Tinha entrado na Faculdade como aluno de Filologia Românica em 1942, e, inicialmente, pensava, sobretudo, em dedicar-me à Literatura. As minhas tendências eram para o domínio das artes em geral, o que abrangia, naturalmente, a Literatura. Contudo, durante o meu curso, houve a insistência por parte dos meus professores para que me interessasse o mais possível por matérias linguísticas. Havia então abundância de investigadores e professores no campo da Literatura e falta de professores na área da Linguística. Contudo, no momento de escolher o tema para a tese de licenciatura, o que escolhi foi um assunto fundamentalmente literário. Trabalhei sobre «O ritmo na poesia de António Nobre», o que, evidentemente, parece nada ter a ver com o que viria a fazer mais tarde. Em todo o caso, correspondia ao meu grande interesse pela poesia e António Nobre era um dos meus autores preferidos. Não tive nenhum orientador. Naquela época, as teses eram feitas, praticamente, sem orientador, à parte algumas indicações, sobretudo bibliográficas, dadas pelos professores. Foi sozinho que escolhi o tema e sobre ele trabalhei quase sem conhecer bibliografia. Por se tratar de um estudo sobre o ritmo na poesia, fui levado espontaneamente a fazer uma análise de tipo estrutural, e hoje,

olhando para esse trabalho, datado de 1946, vejo nele ainda alguma coisa de aproveitável, na medida em que está ali um dos poucos estudos sistemáticos da versificação, do metro e da rima em relação a um autor português.

OS MESTRES

J. M. — *Parece, portanto, que a sua orientação para os estudos da área de Linguística se ficou a dever a sugestões apresentadas pelos seus professores. Quer evocar esses tempos de formação universitária?*

L. F. L. C. — Os professores da Faculdade que recorde melhor e tiveram maior influência em mim foram os professores Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio, Jacinto Prado Coelho e Harri Meier. O Professor Hernâni Cidade era um grande investigador que estendeu o seu trabalho a campos variadíssimos, não excluindo alguns que outros punham de lado por os acharem áridos de mais. Às vezes não se tem em devida conta o valor do Professor Hernâni Cidade porque se pensa, em relação aos seus trabalhos, num certo predomínio da erudição, da inventariação de dados e de, não direi uma falta, mas uma menor sensibilidade para o fenómeno estético enquanto tal. No entanto, possuía uma capacidade de trabalho extraordinária e não podemos esquecer que lhe devemos obras como *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina* e as que dedicou a Camões, a Bocage, à Marquesa de Alorna ou à *Crise Mental do Século XVIII*. Mas, para além disso, e principalmente, o Professor Hernâni Cidade foi um grande amigo dos seus alunos; para mim, uma espécie de pai espiritual, que acompanhou toda a minha carreira desde os tempos de estudante e chegou, a partir do momento em que fui convidado para assistente, a acompanhar o meu processo com um cuidado tal que foi ao ponto de, por exemplo, ir comigo ao Ministério da Educação resolver qualquer questão burocrática e apressar deste modo a assinatura do meu primeiro contrato. Essa solicitude em relação aos alunos manifestava-se em aspectos fundamentais. Quando se tratava da avaliação, fazia qualquer coisa de excepcional naquela época: convidava os alunos a irem à sua própria casa e, sentado com eles a uma mesa, comigo ao seu lado, lia e emendava perante eles os pontos escritos e, ouvida a minha opinião, classificava-os na presença deles. Claro que isso tinha certos perigos de que fui testemunha: uma (ou um) jovem estudante a chorar perante uma negativa, e o coração muito sensível do Professor Hernâni Cidade não resistia a subir a nota um ou dois valores.

J. M. — *Que memória guarda do Professor Vitorino Nemésio?*

L. F. L. C. — O Professor Nemésio era completamente diferente. Era uma pessoa pouco metódica, como é próprio de muitos

poetas. Pouco metódico, pouco arrumado, mesmo desorganizado no seu trabalho. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma intuição especial, além de uma cultura ampla e variada, e uma sensibilidade para explicar textos, graças às quais fazia descobrir os pontos fundamentais para que convinha atrair os alunos. Além disso, possuía em alto grau uma outra qualidade que hoje é cada vez mais apreciada, a capacidade de associar uma disciplina com outras. Para o Professor Nemésio, ensinar Literatura não era só ensinar Literatura. Lia frequentemente livros de Filosofia, de História, de Biologia e até de Medicina, como forma de ter uma cultura geral que lhe permitisse interpretar e discurrir sobre os autores cujas obras escolhia para o seu programa. Enquanto Hernâni Cidade cumpria, em geral, um programa compacto com uma matéria muito extensa, Vitorino Nemésio reduzia a matéria de um ano a dois, três autores, por exemplo. Mas sobre esses autores fazíamos uma série de leituras, ouvíamos os seus comentários e, na verdade, havia pontos de vista e observações originais em tudo aquilo que ele dizia. O aluno médio, digamos, o aluno menos interessado ou só interessado na nota a obter, achava que as aulas do Professor Nemésio não serviam para nada, porque não era possível delas tirar apontamentos.

J. M. — *Também se tinha referido a Jacinto Prado Coelho e a Harri Meier...*

L. F. L. C. — Jacinto Prado Coelho foi meu professor quando ele próprio ainda era assistente. Devo-lhe muito no aspecto da análise dos textos e do seu comentário. Era uma coisa que fazia e sabia ensinar com muita qualidade. O Professor Harri Meier, docente alemão que estava em Portugal como professor convidado, tinha a seu cargo a cadeira de Linguística Românica, então chamada Gramática Comparativa das Línguas Românicas, o que melhor define qual a matéria que ele ensinava. Foi o único linguista que tive como professor ao longo do curso. Era um bom linguista e um excelente professor do ponto de vista pedagógico. Pode-se dizer que em seis meses, porque a meio do ano terminou a Segunda Guerra Mundial e ele foi injustamente afastado da Universidade pelo Governo que o tinha contratado, inspirou em mim e em muitos colegas meus o respeito e o interesse pela Linguística que se praticava naquele tempo. Tínhamos tanto entusiasmo pelas aulas que nos sabia dar, pela informação sobre Linguística que nos trazia e que faltava em qualquer dos outros professores, mesmo quando estavam a dar cadeiras de Filologia Portuguesa, que, quando foi afastado em 1945, alguns de nós nos reunimos e decidimos continuar a pagar-lhe o seu ordenado, para que pudesse dar-nos aulas no Centro de Estudos Filológicos, então perfeitamente autónomo em relação à Faculdade. Foi nessas aulas,

dadas até ao fim do ano de 45, e, ocasionalmente, durante o ano de 1945-1946, que, com as indicações do Professor Harri Meier, comecei a formar-me como linguista e a adquirir aqueles conhecimentos que vim a desenvolver quando comecei a ser assistente, em 1950, nas aulas que dava de Linguística e que apliquei tanto na *Crónica Geral de Espanha de 1344* como na *Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Só posso dizer que em Linguística fui, em parte, um aluno do Professor Harri Meier e, em parte, um autodidacta.

J. M. — *Não deixa de ser surpreendente verificar que, entre as pessoas que afirma terem tido sobre si uma importante influência humana, cívica e de sensibilidade, não haja qualquer referência a Rodrigues Lapa e a Leite de Vasconcelos, o mestre de Filologia Portuguesa, à memória de quem dedicou A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, tanto mais que, para quem lê as suas obras, fica a sensação de ter, em algum modo, recebido a respectiva influência...*

L. F. L. C. — Na sua pergunta está pressuposto que eu tive uma ligação com uma escola anterior de linguistas portugueses. Ora, realmente, não fui aluno de Rodrigues Lapa, que já tinha sido posto à margem da Faculdade por razões políticas, nem fui aluno de Leite de Vasconcelos, que não só a idade afastara havia muito do ensino como já estava muito próximo da data em que veio a morrer, não o tendo conhecido pessoalmente. Também conheci o Doutor Rodrigo de Sá Nogueira, que deu durante algum tempo aulas de Fonética; porém, também ele tinha saído da Faculdade. O que eu tinha, portanto, era a orientação de Harri Meier e ao meu alcance a biblioteca do Centro de Estudos Filológicos, hoje Centro de Linguística, que é das melhores bibliotecas de Portugal e, creio que o posso dizer, da Península Ibérica, no que diz respeito a livros de Filologia e Linguística. É um legado precioso de toda essa geração a que pertenceu o Professor Rodrigues Lapa, o Professor Sá Nogueira e outros que já não cheguei a conhecer.

J. M. — *A biblioteca não fora fundada por Rodrigues Lapa?*

L. F. L. C. — O Centro de Estudos Filológicos nasceu, sobretudo, do entusiasmo que à Filologia dedicava o grande mestre que era o Professor Rodrigues Lapa, e também, até certo ponto, da colaboração que lhe prestavam, na qualidade de centro nacional, visto não estar dependente da Universidade de Lisboa, alguns investigadores que então, nos começos dos anos trinta, começavam a sua carreira, como era o caso do Doutor Paiva Boléo, o qual, não tendo sido meu professor, conheci um pouco através do Centro, do Professor Rebelo Gonçalves, que, na altura em que fiz o meu curso, era professor em Coimbra, e do Doutor Sá Nogueira. Creio que posso centrar nestes três os fundadores do Centro de Estudos Filológicos.

Foram eles que lançaram a iniciativa da criação de um Centro de Estudos, na esteira de Leite de Vasconcelos, mas já sem que ele, pela sua muita idade, pudesse ter tido uma influência muito directa naquelles que ali trabalhavam. Quando entrei no Centro foi o Professor Harri Meier que me orientou nas leituras e que, mesmo depois de eu me ter afastado, como bolseiro, e de ter ido para Espanha, me chamava periodicamente para que tomasse consciência da existência do Centro e da organização e modo de publicação da sua revista, o *Boletim de Filologia*, que o Centro já editava desde 1932 e que desenvolvera uma série de contactos, permutas e intercâmbios que eram precisos e tinham estado interrompidos por falta de professores portugueses. Fora ele que conseguira, durante o tempo em que aqui esteve, renovar os intercâmbios e recomençar a publicar o *Boletim de Filologia*. O meu primeiro artigo científico apareceu nessa revista, renovada por Harri Meier. Como ele sabia que um dia voltaria à Alemanha e desejava que alguém ficasse a tomar conta do Centro, insistiu muito comigo para que me interessasse por ele, o mesmo fazendo com o Herculano de Carvalho e com a Maria de Lurdes Belchior, que eram da minha geração. Aconteceu, no entanto, que Herculano de Carvalho, depois de fazer um estágio na Suíça, se foi doutorar em Coimbra e aí ficou como professor, e que Maria de Lurdes Belchior se interessou sempre mais pela Literatura, sendo o Centro, fundamentalmente, um Centro e uma Biblioteca de Linguística. Em todo o caso, com a colaboração tanto de um como de outro e com a de outros colaboradores nacionais e estrangeiros, conseguiu-se manter em publicação o *Boletim de Filologia*, do qual acabei por ser o secretário-director desde 1950 até hoje. Não foi possível editar um número anual em quatro fascículos como imaginavam os fundadores da revista, mas foi-se publicando até atingir o volume XXX. Os volumes XXVIII e XXIX consistem, precisamente, num conjunto de artigos de homenagem ao Professor Rodrigues Lapa, na sua qualidade de grande filólogo e de fundador do Centro de Estudos Filológicos.

#### DA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

J. M. — *De onde é que vem então a sua preocupação pelo enquadramento peninsular dos assuntos que estudou?*

L. F. L. C. — Acabou por ser uma consequência, mais uma vez, dos ensinamentos do Professor Harri Meier, o qual dedicara um livro muito importante ao problema da formação das línguas românicas na Península Ibérica. Quando acabei de fazer a minha licenciatura, fui animado a procurar tema para a tese de doutoramento e foi então que, levado a escolher um tema de Linguística,

dada a grande necessidade que se continuava a sentir de professores nesta matéria, pensei que o melhor seria fazer uma edição crítica, portanto um trabalho situado no domínio da Filologia, o que de certo modo me situava dentro dos dois campos. Fiz então um balanço dos textos portugueses medievais inéditos e encontrei nas listas de manuscritos nunca totalmente editados, certamente devido à sua extensão, o manuscrito da *Crónica Geral de Espanha* que está na biblioteca da Academia das Ciências.

J. M. — *Porquê medieval?*

L. F. L. C. — A atracção romântica pelo medieval. Sempre me atraíram muito as histórias medievais, a Arte da Idade Média e até o que resta da música medieval. Mas era sobretudo a atracção pela Literatura, pela língua e pelos factos, acontecimentos e sociedades medievais. Foi muito a conjugação, nesse momento, da aceitação de dedicar-me à Linguística com a minha preferência pela Idade Média como campo de estudo.

J. M. — *Não haverá aí também uma pontezinha com o seu gosto pela Literatura?*

L. F. L. C. — Claro. O projecto, como acabo de dizer, ficava entre a Literatura e a Linguística. Isso iria levar-me a uma preparação que não seria exclusivamente linguística, mas também de história medieval. Inicialmente peguei nesse manuscrito com mais de trezentos fólios e quase poderia dizer que me apaixonei por ele, sobretudo por causa das iluminuras riquíssimas que apresenta. Como sabe, trata-se de um códice iluminado que, dentro da historiografia medieval, creio não ter paralelo. Um códice com iluminuras que, algumas vezes, são simples ornatos — letras maiúsculas cheias de ornamentos — mas que, noutras, são ilustrações do próprio texto.

J. M. — *Não se assustou por ser um trabalho de tão grande envergadura?*

L. F. L. C. — Não me assustei, não sei se por ingenuidade, se por ignorância. Lancei-me a fazer, à mão, todas as manhãs e uma parte das tardes, a cópia de todo o manuscrito. Demorei a copiar o manuscrito inteiro cerca de nove meses, e vi que então não poderia continuar o trabalho sem, primeiro, comparar o códice de Lisboa com o códice da mesma obra que existia em Paris, na Biblioteca Nacional, e que era um pouco posterior. Com base no microfilme que mandei fazer desse códice, procedi à anotação de todas as variantes. O que me faltava a seguir para levar a cabo a edição crítica era, evidentemente, consultar os códices espanhóis da mesma crónica que tinham sido descritos antes de mim por Menéndez Pidal: um estava na antiga biblioteca do Palácio Real de Madrid, transferida hoje para a Universidade de Salamanca, outros na Biblioteca Nacional de



Madrid, e havia um, fundamental, que estava numa biblioteca particular. Averigui tudo isso, graças a Menéndez Pidal, ao seu catálogo dos manuscritos das crónicas gerais, assim como ao primeiro livro que escreveu, *La leyenda de los Infantes de Lara*, onde fazia o estudo da formação e evolução da lenda e publicava fragmentos de todas as crónicas em que ela vinha. O mesmo Menéndez Pidal tinha, numa das suas vindas a Portugal, consultado o códice da Academia das Ciências e sobre ele escrevera um artigo, partindo sempre do princípio de que aquele texto, o texto português da *Crónica Geral de Espanha*, não era uma tradução da *Primeira Crónica Geral* de Afonso X, mas sim uma tradução para português de uma *Segunda Crónica Geral*, como chegou a chamar-lhe, ou seja, de uma refundição da *Primeira Crónica Geral*. Tudo isto me encaminhava para Menéndez Pidal. Então, ousadamente, sem que tivesse qualquer forma de apresentação ao grande mestre espanhol, então já cerca dos oitenta anos, pedi uma bolsa de estudo ao Instituto de Alta Cultura e parti para Madrid com os meus cadernos de cópia do manuscrito de Lisboa, com a intenção, logo realizada, de começar a trabalhar com os manuscritos espanhóis.

#### MENÉNDEZ PIDAL

J. M. — *Tinha acabado então, nessa altura, a transcrição do códice da Academia?*

L. F. L. C. — Sim, mas unicamente isso. O que aconteceu em Madrid foi verdadeiramente extraordinário. Como costume dizer, fui, em investigação, um homem cheio de sorte. A primeira coisa foi o acolhimento que tive junto de Menéndez Pidal: sem nenhuma carta de apresentação, sem nenhuma via que estabelecesse o contacto. Limitei-me a telefonar para casa do mestre, e ele imediatamente me disse que fosse visitá-lo, e que lhe fosse expôr verbalmente o que pretendia. Fui encontrá-lo na sua casa de Chamartín de la Rosa, que era, ainda então, um subúrbio de Madrid. Essa casa era, ao mesmo tempo, a sua biblioteca, o seu local de trabalho e o dos seus colaboradores mais próximos. Ficou muito interessado no meu projecto e disse-me que estaria disposto a receber-me regularmente para discutir comigo os problemas que se me fossem apresentando. Desde logo, pôs-me nas mãos uma cópia manuscrita, feita por um dos seus colaboradores, do mais importante dos manuscritos espanhóis que procurava, e deu-me suficientes indicações para ir à Biblioteca Real e aí trabalhar com outro importante manuscrito. Enfim, um acolhimento de amigo, como se me conhecesse havia muitos anos. Realmente, a partir de então, pode-se dizer que de quinze em quinze dias, de três em três semanas, passei a fazer uma romagem à casa de Cha-

martín enquanto ia anotando as variantes para a edição crítica e ia expondo os resultados a que chegava. Tive a sorte de, ao comparar os manuscritos do ponto de vista linguístico, descobrir que os manuscritos espanhóis tinham erros de tradução do português, enquanto os manuscritos portugueses não tinham erros de tradução do espanhol. De onde era fácil concluir, suspeitar pelo menos, que a *Segunda Crónica Geral* ou *Crónica Geral de 1344* era um original português que tinha sido traduzido para espanhol. Era, efectivamente, uma refundição da *Primeira Crónica Geral*, mas redigida em português e daí trasladada para espanhol. Depois, à medida que ia avançando, verifiquei que não tinha havido apenas uma tradução para o espanhol da *Crónica Geral de 1344*; tinham-se feito duas versões independentes, mas, nos dois casos, os manuscritos espanhóis revelavam que o original era português. Isto tornava o assunto muitíssimo apaixonante para a História e não só para a Linguística. A Linguística ficou, por assim dizer, em segundo plano, embora fosse um instrumento indispensável para as minhas averiguações, que se tornaram sobretudo importantes para o estudo da Literatura, ou, se preferirem, da cultura literária. Não me preocupei nesse momento com a classificação das ciências. O que me importava era ir adquirindo preparação e aprendendo à medida que ia trabalhando sobre o mesmo tema:

J. M. — *Portanto, não foi por opção determinada que fez a escolha dessa problemática. Foi o próprio contacto com os textos que o conduziu a procurar soluções, enquadramentos.*

L. F. L. C. — Exactamente. Partindo da observação e comparação dos textos, do que eles me iam dando, ia depois alargando, pouco a pouco, o inquérito para a análise do conteúdo e ia encontrando no interior dos textos pequenas e, mais tarde, mais longas indicações que sugeriam um autor português, sobretudo na parte que se referia ao reinado de Dom Dinis.

J. M. — *Mesmo assim, há sempre um enquadramento de problemas bem delimitados dentro de contextos muito vastos, não é? Não se limitou a estudar só esses problemas, colocou-os logo no contexto muito mais amplo da história da historiografia. Não foi só estudar o problema do autor, foi estudar todo o enquadramento em que ele se situa...*

L. F. L. C. — Sim. Em certa altura fui tomando consciência de que aquele texto que estudava precisava de ser comparado com todos os textos historiográficos conservados, servindo-me dos *Portugaliae Monumenta Historica* e de outras edições. Comecei a sentir a necessidade desse enquadramento de que fala. Daí o progressivo alargamento do meu horizonte de estudos: primeiro, às relações entre

Portugal e Castela, depois, à própria Península considerada no seu conjunto. Falo de Portugal e Castela pensando mais no português e no castelhano, pois foi a comparação entre textos produzidos em Castela e Leão e em Portugal que me levou a transformar o meu projecto inicial: de uma introdução à edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344* acabou por resultar uma história das origens da historiografia portuguesa.

J. M. — *Podíamos interromper esta sequência para lhe perguntar se essa forma de tratar os problemas pode, de certa forma, compensar uma certa aversão pela teorização, da qual, aliás, partilho.*

L. F. L. C. — Acho que sim, e acho que nisso não me afastava do próprio Menéndez Pidal. Dizia-me, muitas vezes, que o essencial era «atacar» de frente os textos, procurar determinar os factos e só depois estabelecer todas as possíveis relações entre eles, até chegar à determinação de causas e efeitos. Ele próprio só chegava a formular teorias quase no fim dos seus trabalhos, quando, tendo visto todos os dados possíveis, extraía então, daquilo que tinha podido observar directamente, o princípio teórico. Um caso típico na obra de Menéndez Pidal encontra-se na lei das evoluções fonéticas. No fim de um livro célebre, *Orígenes del Espanol*, escrito em 1926, formula uma teoria da evolução dos fenómenos fonéticos, mas só o faz depois de ter publicado e estudado minuciosamente uma grande quantidade de textos, na sua maior parte não literários. Só pela reunião de muitos documentos notariais, as antigas glosas de manuscritos de mosteiros da Rioja, e a generalidade dos textos literários conhecidos é que ele se atreveu a formular uma teoria geral.

J. M. — *Não há apenas um enquadramento de problemas muito circunscritos num conjunto mais vasto. Há também a utilização de uma grande quantidade de meios para os resolver, e não sei se isso está relacionado com a influência de Hernâni Cidade e de Vitorino Nemésio que também jogavam com muitos dados para solucionar as questões. Mas também se sente na sua obra uma grande preocupação pela percepção do tempo e do espaço; um minucioso enquadramento geográfico e um enorme rigor nas datações que permite, depois, o enquadramento no tempo.*

L. F. L. C. — Isso vinha-me, em parte, da minha formação universitária em Portugal, mas, sobretudo, das leituras que fiz à volta da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a qual passou a funcionar como o centro das informações que obtive nas obras de diversificados especialistas, na maior parte linguistas e historiadores. Acabei por ser, nesse aspecto que referiu, mais um aprendiz da escola espanhola de História e de Filologia do que propriamente um discípulo de qualquer escola portuguesa anterior.

J. M. — *Já tinha, nessa altura, contactos com Orlando Ribeiro?*

L. F. L. C. — Os contactos com Orlando Ribeiro vieram só no momento em que voltei para Portugal, após ter estado em Espanha de 1947 a 1950. O Doutor Orlando Ribeiro conheceu-me então, quando eu era assistente da Faculdade. Teve sobre mim grande influência, não tanto através das suas obras mas, sobretudo, pelas conversas que tínhamos, pelas leituras que me aconselhava e por um certo número de dados que me forneceu e que me ajudaram no aspecto histórico-geográfico. Disse muitas vezes, e continuo a dizer, que me considero um discípulo do Professor Orlando Ribeiro, por quem tenho a maior veneração e não direi a maior estima, porque a palavra não chega. Via nele um exemplo de investigador e de homem interessado e colaborante no trabalho dos outros. Foi nas trocas de impressões que tivemos sobre leituras feitas em comum que aprendi muitíssimo no rigor da recolha de informações, na exactidão e na reprodução daquilo que era para reproduzir. Mas, quanto ao resto, foram livros como *La España del Cid*, as *Orígenes del Español*, as obras de Sánchez Albornoz, os estudos de García Gómez, a *História da Língua Espanhola* de Rafael Lapesa, que, lidos e relidos, me ensinaram a fazer o trabalho tal como o descreveu. O Professor Harri Meier dizia que tinha sido fundamental para mim o competir com autores espanhóis. Tinha vindo a amadurecer, do ponto de vista científico, em Portugal, num momento em que havia muito poucos modelos portugueses a seguir, e o ter-me visto mergulhado no meio espanhol, a utilizar bibliotecas espanholas e a ir a aulas, como fui, da Universidade de Madrid, foi criando em mim uma espécie de emulação, de vontade de fazer igual, ou, se possível, melhor do que se fazia à minha volta. Ainda nesse campo, a casa de Menéndez Pidal, que era frequentada por uma série de discípulos dele, que com ele continuavam a trabalhar, e a dar-lhe conta dos trabalhos que faziam, foi uma espécie de segunda Universidade. Foi aí que pude conhecer uma série de estudiosos de Linguística e de História Cultural que me fizeram trabalhar um pouco como eles.

#### A (NÃO) INFLUÊNCIA DOS HISTORIADORES PORTUGUESES

J. M. — *Vejo que apenas citou historiadores espanhóis, como Sánchez Albornoz. Quanto aos portugueses...*

L. F. L. C. — Os portugueses... Eu vi, eu li a história que o seu pai escreveu. Li-a com atenção, como bom aluno que era no liceu. Durante o tempo da Faculdade posso ter lido alguns artigos dispersos e, a propósito da matéria tratada no primeiro volume da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, tive de consultar, naturalmente, Alexan-

dre Herculano, Gonzaga de Azevedo e Damião Peres, mas nenhum deles teve uma grande influência sobre mim, nem mesmo o grande Alexandre Herculano. Partilho, tenho um respeito quase religioso por Alexandre Herculano como figura de homem, como figura de escritor e de historiador, no entanto devo confessar que nunca li, de uma ponta a outra, a *História de Portugal*, e, muito menos, a de Oliveira Martins...

J. M. — *Mas, se tinha esse respeito e essa admiração, porque é que não leu? Era porque não apreciava a maneira como ele encarava a História? Por causa de uma certa recusa do romantismo que existe na obra dele? Por uma questão literária?*

L. F. L. C. — Não. Não tinha assim causas bem determinadas. Tenho de reconhecer humildemente que fui um homem cujas leituras, como diria o Professor Hernâni Cidade, foram quase sempre «dirigidas», feitas pela necessidade de me informar sobre certos aspectos. De maneira que fui buscar a Alexandre Herculano o que dizia mais respeito a assuntos relativos à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Recordo-me que tinha que ir confrontando as teses e a maneira de ser de Herculano com Gonzaga de Azevedo, e ainda tenho na ideia o contraste que muitas vezes tive de estabelecer entre os dois, com grande admiração por Herculano e muito menos por Gonzaga de Azevedo.

J. M. — *Bom, isso também mostra como era nova a sua forma de encarar os problemas. Não tinha nada a que recorrer entre os historiadores que tinham abordado assuntos próximos dos seus. É evidente que se houvesse alguma coisa de interesse, a teria lido e estudado. Na verdade, os problemas a que se dedicava eram novos do ponto de vista historiográfico.*

L. F. L. C. — Para certos assuntos tive de, sem ter lido partes essenciais, no aspecto geral, das obras dos historiadores portugueses, consultar e estudar certos artigos isolados. Lembro-me, por exemplo, dos *Opúsculos* de Herculano. Li vários dos *Opúsculos* sem ter lido a *História de Portugal* completa. A menção de Ourique na *Crónica Geral de Espanha de 1344* levou-me a ver toda a bibliografia possível sobre lendas relativas a Afonso Henriques e, concretamente, a Ourique. Quando havia um ponto como este, procurava esgotar a bibliografia antes de começar a escrever sobre o assunto.

J. M. — *Também teve a ocasião de contactar com a obra de Gama Barros?*

L. F. L. C. — Algumas vezes consultei a obra de Gama Barros, mas não foi um autor que usasse frequentemente.

J. M. — *Voltando a Ourique. O problema interessou-lhe por causa das respectivas implicações ideológicas, ou só porque era um problema de crítica textual?*

L. F. L. C. — Não foi por implicações ideológicas. O meu interesse por Ourique veio, no fundo, do meu interesse pela parte da história de Portugal incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Procurava completar o que sobre Portugal não diziam Afonso X e os textos espanhóis. Mas havia textos espanhóis, contemporâneos ou imediatamente anteriores à *Crónica de 1344* que já continham, sobre a primeira parte da história de Portugal independente, vários elementos de diversas versões do que vi imediatamente tratar-se de uma lenda. À mesma conclusão chegava, paralela e quase simultaneamente, António José Saraiva. Foi a lenda de Afonso Henriques, a sua presença na *Crónica de 1344* e algumas alusões que com ela se podiam relacionar nos próprios *Anais de D. Afonso Henriques*, que me levaram a estudar, sucessivamente, todos os textos que tinham a ver com a história de Portugal. Ao encontrar a lenda jogralesca de Afonso Henriques num texto onde abundavam outras lendas jogralescas, como a de Fernão Gonçalves, a dos Infantes de Lara, a do Cid, vi imediatamente que a fonte tinha de ser um cantar épico. Para os outros casos já estava averiguado que era assim. No caso do Cid, o próprio texto jogralesco tinha-se conservado; nos outros casos fora possível reconstituir esse texto a partir da prosificação feita nas crónicas. Fixei-me na parte referente a Portugal, especialmente ao reinado de Afonso Henriques e, quanto a Ourique, o que observei foi que nas lendas dos textos anteriores à *Crónica de 1419* aparecia como qualquer coisa de pouco interessante. Era apenas a partir da *Crónica de 1419* que encontrava, enormemente amplificado, aquilo a que chamei a lenda de origem monástico-religiosa de Afonso Henriques, que, de certa maneira, se intercalava na lenda em que via caracteres jogralescos indiscutíveis e que estava nos textos anteriores.

J. M. — *Nessa altura deu-se conta que a sua forma de abordar o problema era extremamente discordante da maneira como, por exemplo, o tratou Costa Veiga nos Estudos de História Militar? Enquanto Veiga, após as comemorações de 1940, tentava, de uma forma insidiosa, recuperar Ourique por intermédio de uma visão positivista, o seu trabalho, remetendo para os textos, deu uma grande contribuição para a desmitificação da batalha.*

L. F. L. C. — Há que fazer uma precisão cronológica. Na verdade, só abordei a lenda do milagre de Ourique num estudo publicado em 1957 na *Revista da Faculdade de Letras*, num número de homenagem ao Professor Hernâni Cidade, logo, bastante depois de ter regressado a Portugal. Na introdução à *Crónica Geral de Espa-*

*nha de 1344* quase não falo do milagre de Ourique. Só falo dos textos que continham episódios que, como o do Bispo Negro, remetiam para a lenda épico-jogralesca de Afonso Henriques. Portanto, embora tenha lido o que fora escrito na época da comemoração dos centenários, só mais tarde vim a utilizar tal material, quando redigi o texto sobre a evolução da lenda de Ourique até à *Crónica de 1419*. Um estudo que é muito posterior à minha descoberta da lenda de Afonso Henriques nas Crónicas Gerais de Espanha. Considero sempre que existem duas lendas que se conjugam primeiro e se opõem depois, sobrevivendo a monástica em relação à épica.

J. M. — *Isso não corresponde a um interesse especial pelas origens da nacionalidade, pelas origens da cultura portuguesa?*

L. F. L. C. — Não corresponde realmente. Eu estava fixado nos textos e no seu conteúdo. Houve, de quando em quando, uns assomos dessa visão das origens de que está a falar. Uma coisa que me impressionou nas minhas primeiras descobertas foi verificar que o interesse pela história universal em Portugal, pela história dos antecessores não simplesmente portugueses, nem sequer ibéricos, se situava antes da redução do horizonte à mera história do país. Observei isso a propósito do *Liber Regum*, que, tendo um carácter de história universal, atraiu a atenção dos portugueses e foi utilizado em Portugal antes de se dar a restrição nas crónicas ao interesse pela formação do reino, o que só aconteceu na historiografia portuguesa no momento em que da *Crónica de 1344* se desprende a *Crónica de 1419*. Pode-se dizer que, primeiro, temos a história universal, depois a história da Península Ibérica, sob o nome de Espanha, e só então a história de Portugal, quando há uma Crónica Geral de Portugal e quando há Fernão Lopes para a escrever.

J. M. — *Dir-se-ia então que as razões que o conduzem a escolher os seus estudos nunca são de natureza ideológica. O que é impressionante são as implicações que esses estudos depois vêm a ter, até mesmo ideológicas. Não necessariamente para si, mas pelo contributo que vêm a trazer.*

L. F. L. C. — Tem toda a razão. Chega a impressionar-me a mim próprio ver depois os historiadores contemporâneos a apontar para coisas que eu não tinha descoberto mas que estavam implicadas naquilo que eu tinha vindo a descobrir, ou que apenas insinuava, porque nunca tive tendência para afirmações categóricas. Fui sempre da prática para a teoria e nunca o contrário.

#### A ACÇÃO CÍVICO-POLÍTICA

J. M. — *Isso pode-se dizer também das suas tomadas de posição cívica? Foram mais problemas da prática que o induziram a tomar posições em determinados momentos, do que opções políticas?*

L. F. L. C. — Acho que pode estabelecer a analogia. Realmente, durante a minha infância e juventude fui, por assim dizer, afastado pela própria família da consideração de ideologias políticas, e isto até bastante tarde, mesmo enquanto aluno da Faculdade. Recordo-me que, principalmente o meu pai, repetia constantemente: «Não te metas em política!» A primeira vez que me «meti» em política, começando a *praticar* política, foi no fim da segunda Guerra Mundial, em 1945, quando se deu uma espécie de movimento de agitação, tolerado pelas autoridades do tempo, entre os estudantes universitários. Nessa altura, com o fim da guerra, o governo de Salazar sentia que não convinha muito reprimir os movimentos democráticos que, espontaneamente, iam surgindo. Deu-se então uma série de pequenas revoltas entre os estudantes das várias faculdades, movidas por grupos mais politizados que achavam que tinha chegado o momento conveniente para agir. É, aliás, assim que o Doutor Mário Soares, no seu livro *Portugal Amordaçado*, descreve o que se passou na Faculdade de Letras de Lisboa na ocasião a que me refiro. O seu grupo, muito politizado, promoveu uma campanha de contestação à Comissão Administrativa que tinha sido imposta pela Associação Académica da Faculdade de Letras e que a maioria dos estudantes repudiava, considerando-a como uma comissão fantoche que estava a ocupar a Associação. Deu-se então uma revolta contra a situação existente que foi relativamente tolerada pelas autoridades universitárias, as quais chegaram a permitir a eleição de um Presidente para a Associação. O grupo mais politizado, a que pertencia o Doutor Mário Soares propôs como candidato João Falcato, creio que estudante de História. Outro grupo, a que posso dizer que pertencia por amizade e convivência, mas que não sentia como grupo político, decidiu, sem me consultar, lançar o meu nome como candidato que se opunha ao candidato João Falcato. Na altura achei que não podia recusar, devido à qualidade dos meus apoiantes. Eram pessoas como a Maria de Lurdes Belchior, a Helena Cidade, hoje Moura, e vários outros ligados à Juventude Universitária Católica, à qual no entanto nunca pertenci. E nisso engana-se o Doutor Mário Soares que, ao relatar os factos, me considera como católico activista já naquela ocasião. Realmente era um católico tradicional que tinha herdado a religião da família. As eleições realizaram-se, com uma certa liberdade, e fui eleito presidente da Associação Académica da Faculdade de Letras. Sendo o que hoje se chama um «independente», embora a esquerda me julgasse candidato da direita, depois de eleito fui ter com o João Falcato e propus-lhe que fizesse parte da Comissão Directiva da Associação que se ia criar. Pôs algumas reservas, mas, depois de contactos com elementos do seu grupo, che-



gámos a um entendimento e constituímos uma espécie de «governo de coligação» que funcionou durante alguns meses. Houve uma Associação Académica (por isso, às vezes, costume dizer que me orgulho de ter sido o primeiro Presidente da Associação depois de um longo período de encerramento) e conseguimos fazer várias realizações de tipo cultural: teatro, música, recitais de poesia, alguns debates e conferências. Quando foi o dia do termo da guerra na Europa, houve greve na Universidade, e a Associação saiu para a rua com as outras. Levávamos a bandeira, transportada pela Maria Barroso, e aí sentime envolvido em qualquer coisa que tinha carácter político e não o recusei de forma nenhuma. Não tinha sido orientado no sentido bem determinado da esquerda ou da direita. Tinha recebido uma educação que me fizera um homem liberal, disposto a aceitar tudo o que fosse considerado justo, verdadeiro, bom. Era muito mais uma atitude moral do que uma atitude política, uma posição de defesa da Liberdade, com tudo o que isso implica. Situo nesses tempos o momento em que comecei a interessar-me por política. Mas, a verdadeira entrada na vida pública e cívica do País deu-se mais tarde, aquando da greve académica de 1962. Essa crise foi fundamental para mim.

J. M. — *Entre 1945 e 1962 decorreu bastante tempo. Não teve nenhuma intervenção política assinalável entre essas datas?*

L. F. L. C. — Não, não tive intervenção a que se possa chamar política. Procurava manter-me informado e encarar a vida à minha volta de uma forma pessoal. A partir de 62 foi um choque muito forte. Depois da crise académica não voltei a ser o mesmo homem que era antes. Há um período da minha vida que termina nessa altura e outro que começa. Ganhei uma consciência ética, mais do que política, ao defender os estudantes, ao ver como os direitos fundamentais de expressão e associação eram tratados por ocasião da celebração do Dia do Estudante. Fui até ao ponto de me expôr nas ruas, interpondo-me entre os estudantes e a polícia. Agi junto dos colegas no sentido de que aderissem ao movimento dos estudantes. Tornei-me dentro da Universidade um ponto de referência para muita gente no que dizia respeito à atitude a tomar.

J. M. — *Antes disso, no período subsequente ao seu regresso de Espanha, quando era assistente de Hernâni Cidade e Vitorino Nemésio, o ambiente era-lhe hostil? Tinha boas relações com os colegas?*

L. F. L. C. — Não tive problemas. Tive até uma evolução no sentido positivo desde que saí do Liceu e me tornei universitário. No Liceu era geralmente um estudante que passava a maior parte do tempo a estudar em casa. Convivia pouco e tinha um reduzido

círculo de amigos. Depois de entrar para a Faculdade, ampliou-se a convivência com alguns colegas, sobretudo sob a influência de Sebastião da Gama, que foi meu colega de curso e que foi importantíssimo como promotor da comunicação entre nós todos, ele que era a alegria e a vitalidade personificadas. Tornou-se um pólo em torno do qual se formou um grupo de amigos que se manteve até ao fim da Faculdade. Durante esse tempo comunicava com muito mais gente, colegas e professores, do que no tempo do liceu. E esta tendência foi crescendo. Desde 50, quando entrei como assistente, e até 62, para além de uma grande facilidade de contacto com os alunos, continuei a ter uma atitude de camaradagem e solidariedade para com os colegas e de intervenção em iniciativas de carácter cultural. A partir de 62 alargou-se o círculo das pessoas com quem contactava. Os estudantes, ao verem que havia um professor que se apresentava nos momentos difíceis e que se arriscava mesmo na rua, quando a maioria dos professores universitários ficava nos seus gabinetes, ao verem um professor que votava moções a seu favor, como votei, nos conselhos universitários, reconheciam uma diferença. Para além de ter alargado os contactos com os alunos e os colegas da Faculdade de Letras de Lisboa, também os alarguei com os de outras faculdades, o que me deu, pela primeira vez, a sensação de ser professor de uma universidade e não só de uma faculdade. O meu conceito de universidade era, de resto, muito semelhante ao que o Professor Marcelo Caetano expôs em vários dos seus escritos. O Professor Marcelo Caetano pertencia politicamente ao campo oposto àquele em que eu já então me situava. Mas como professor e como colega, conservo dele uma boa recordação. Tenho por ele um grande respeito como homem de ciência e como reitor universitário. Quando se deu a crise de 1962 teve uma atitude muito nobre. Alguns não a compreenderam na altura, mas eu, que estive em contacto directo com ele, posso dizer que, na verdade, tomou a defesa da instituição universitária, como universitário que era.

**DUAS BOLAS PRETAS**

J. M. — *Nessa altura já era professor catedrático?*

L. F. L. C. — Tomei posse, perante o Professor Marcelo Caetano, como professor catedrático, no dia 9 de Março de 1962. O Dia do Estudante, proibido em 1962, foi a 24 de Março. Quer dizer que por uma margem de quinze dias tinha-me arriscado a não ser nomeado professor catedrático...

J. M. — *Faço-lhe esta pergunta porque, creio, ter sido no seu concurso para professor catedrático que teve duas bolas pretas...*

L. F. L. C. — Não exactamente. Isso deu-se anteriormente, no concurso para Professor Extraordinário. Nós então tínhamos tese de Licenciatura, tese de Doutoramento e tese para Extraordinário. O concurso para Professor Catedrático era o único que não tinha uma prova obrigatória do tipo das anteriores.

J. M. — *Será então que esse acontecimento se pode explicar pelo facto de ter alguma hostilidade entre os professores da academia universitária?*

L. F. L. C. — Não. Já anteriormente a 62 era considerado na Faculdade de Letras como um elemento liberal e, digamos, de esquerda, embora não activista, nem activo sequer. Quando fiz o concurso para Professor Extraordinário apresentei a minha tese sobre *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. As provas correram muito bem. Foram arguentes a Professora Virgínia Rau, o Professor Paiva Boléo e o Doutor Jacinto Prado Coelho. E houve até aplausos no final das provas, que o Professor Marcelo Caetano, como presidente do júri, mandou parar, porque isso era contra as regras em vigor. Mas, na reunião do júri, ao proceder-se à votação, entre doze votos havia duas bolas pretas. Dada a maneira como tinham decorrido as provas, como depois me relataram, o Professor Marcelo Caetano mandou repetir a votação após um período de esclarecimento, admitindo que teria havido um engano. Repetida a votação, voltaram a aparecer as mesmas duas bolas pretas. Quase todo o júri veio dar-me um abraço de congratulação e de lamentação pelo sucedido, menos dois dos seus membros. Eram dois professores da ala mais conservadora da Faculdade e que estavam mais politicamente envolvidos com o governo. Aliás, não me preocupou nada o resultado, como calcula. Quando redigi o currículo para professor catedrático pus lá expressamente que tinha sido aprovado no concurso para extraordinário numa votação de doze contra dois.

J. M. — *A Academia de História publicou o primeiro volume da Crónica antes de ser académico, o que se pode considerar uma honra muito singular.*

L. F. L. C. — Sim. Foi publicado em 1951. Isso deveu-se a circunstâncias pessoais. Nessa altura, presidia à Academia de História o Doutor José Caeiro da Mata, Catedrático de Direito que tinha acompanhado a minha carreira científica mesmo antes da tese de Doutoramento, por ser amigo de meu pai, que era funcionário de Banco de Portugal, de que o Doutor Caeiro da Mata era um dos administradores. Como estava informado sobre o meu trabalho e os resultados a que chegava, propôs, na Academia de História, que publicassem a minha tese mesmo antes de ser aprovada. Foi mais um caso em que posso dizer que tive muita sorte. Já tinha sido até o

Doutor Caeiro da Mata que influenciara a minha ida para a Faculdade de Letras, uma vez que havia uma certa hesitação na minha família, numa época em que o candidato à Universidade não escolhia por si próprio o curso para que queria ir, entre Letras ou Direito. Então, o Doutor Caeiro da Mata disse ao meu pai que não devia ir para a Faculdade de Direito, onde já havia professores suficientes para a época, mas que fosse antes para Letras, porque aí eram mais necessários novos professores, e eu, com certeza, estaria destinado a ser Professor. Tenho para com ele uma grande dívida e é uma pessoa cujo nome tenho gosto em lembrar.

J. M. — *Se tivesse ido para Direito, talvez tivesse tido uma carreira política mais precoce... E a sua entrada para académico também se ficou a dever a Caeiro da Mata?*

L. F. L. C. — Não me recordo bem. Mas, uma vez publicados o primeiro e o segundo volumes da *Crónica* pela Academia, receberam críticas favoráveis dos académicos. Foi então que resolveram propor-me para académico, mais cedo do que vim a sê-lo na Academia de Ciências. Ainda conheci alguns historiadores académicos que intervieram na fase de publicação do meu trabalho e o elogiaram, como os Doutores Queirós Veloso, Damião Peres, Torquato de Sousa Soares e o próprio Professor Marcelo Caetano.

J. M. — *Ainda conheceu na Academia António Baião?*

L. F. L. C. — Conheci-o, mas muito superficialmente. Colaborei ainda na Academia apresentando algumas comunicações. Só mais tarde é que, pelo muito trabalho que tinha, me afastei um pouco.

J. M. — *Pelos vistos, as reacções à publicação da Crónica foram boas por parte de historiadores da Academia. Mas limitaram-se a isso. Dá-me a impressão que o conjunto dos historiadores não se apercebeu da importância e das implicações do seu trabalho. Sentiu isso?*

L. F. L. C. — Senti que, internacionalmente, a publicação daqueles volumes tinha tido uma repercussão muito maior. Realmente, os historiadores portugueses da época não revelaram muito entusiasmo. Consideraram muito mais o facto de eu ter sido discípulo de Menéndez Pidal e de ter feito uma tese que tinha sido elogiada por ele. No meu *curriculum* reproduzi as críticas que surgiram na altura e as mais interessantes e profundas eram estrangeiras. Não me lembro, sequer, de recensões importantes que tenham surgido em Portugal.

J. M. — *Quando é que se apercebeu que a publicação da Crónica tinha alterado, de uma maneira bastante importante, o panorama dos estudos sobre a historiografia medieval?*

L. F. L. C. — Conforme ia avançando e, sobretudo, quando concluí o trabalho. Tinha a consciência de ter escrito um livro que era uma história das origens da historiografia portuguesa, muito mais do que uma simples introdução à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Mas não estava na altura em condições de mudar o título. O estudo do primeiro volume foi-se publicando à medida que ia sendo feito. Tinha-o imaginado como uma introdução de relativamente poucas páginas à edição crítica da *Crónica*. O interesse do trabalho e a vastidão das conclusões apareceram quando até já estava impressa uma sua primeira parte. De maneira que resultou uma introdução de cerca de 600 páginas, numeradas a romano. Na altura em que comecei a frequentar congressos no estrangeiro, encontrava leitores do estudo incluído na introdução da *Crónica* e, para além disso, comecei a ser convidado para conferências fora do País e até para orientar trabalhos que não tinham directamente a ver com a *Crónica*, mas que resultavam do facto de me ter tornado conhecido através da sua introdução. Na realidade, foi muito importante para mim ter podido fazer aquele trabalho no princípio da minha carreira. Importante e grave. Como dizia Diego Catalán, começar por onde geralmente se acaba é sempre difícil e perigoso. Teria de passar o resto da vida a competir comigo próprio, a tentar escrever qualquer coisa que estivesse à altura do meu primeiro livro. Na verdade, muitas vezes, tenho sentido uma certa insatisfação por nos meus trabalhos posteriores não ter encontrado novidades do tipo do facto de a *Crónica* ser portuguesa em lugar de ser espanhola ou do autor ser o conde D. Pedro e ser possível prová-lo. Com efeito, os *Foros de Castelo Rodrigo* não me trouxeram as mesmas satisfações. Era um livro muito denso e técnico. Levou-me imenso tempo a elaborar porque estava então sobrecarregado de aulas na Faculdade e porque me tinham entretanto convidado para organizar vários congressos científicos e fi-lo. Foi uma época muito difícil, com muito piores condições de trabalho. Demorei oito anos a fazer aquele livro. Às vezes, sentia um grande cansaço. Perguntava-me a mim próprio se valia a pena. Hoje em dia, uma vez concluída a obra e descoberto o que ela tinha de modelo para outros estudos, acho que, sobretudo a parte final, onde apresento conclusões sobre a questão do repovoamento e a mistura de origens dos repovoadores, compensa o trabalho que tive. Eu pretendia fazer, através da linguagem dos foros, uma espécie de estudo de gramática comparativa entre o galego-português, o leonês e o castelhano. Era também um estudo de tema ibérico e não unicamente português.

J. M. — *Entre os seus trabalhos contam-se alguns estudos de menor dimensão que tiveram grande repercussão, ou deveriam ter*

*tido, entre os historiadores, como, por exemplo, o que dedicou ao problema das formas de tratamento na língua portuguesa. Como é que veio a estudar esse assunto?*

L. F. L. C. — É uma história completamente independente da dos outros livros. Estudei esse assunto porque tinha lido um artigo do Professor Harri Meier relativo às formas de tratamento em português no que dizia respeito à actualidade, o que, para ele, significava os anos trinta e quarenta. Baseava-se somente em fontes escritas, nomeadamente em peças de teatro. Interessei-me muito pelo tema e resolvi dedicar-me a estudar as formas de tratamento no português actual numa perspectiva mais vasta, e, depois, a origem e evolução desse complexo sistema das formas de tratamento, e, assim, escrevi uma conferência que depois transformei em artigo. Em seguida, continuei à volta do mesmo tema e preocupei-me com o seu aparecimento no teatro de Gil Vicente e nas antigas orações em língua portuguesa. Tudo isso foi constituindo o que seriam os vários capítulos de um livro sobre a história das formas de tratamento que, infelizmente, nunca mais tive disponibilidade para continuar. Oxalá ainda venha a ter algum tempo para voltar ao tema. Aliás, continuei sempre a reunir materiais neste sector.

J. M. — *Um observador externo poderia pensar que existem nesses estudos conotações cívicas ou até políticas, pelo menos no que diz respeito à escolha do tema.*

L. F. L. C. — Foi sempre uma atitude científica que determinou as minhas escolhas. Mas é verdade que tive vários problemas com a censura. O texto sobre a origem das formas de tratamento em português esteve primeiro para ser uma conferência numa série promovida pelo Professor Magalhães Godinho no Grémio Literário. No próprio dia em que a ia proferir, o Professor Godinho veio a minha casa, com o director do Grémio Literário, perguntar-me se eu não estaria disposto a cancelar a conferência, porque o Grémio tinha sido ameaçado por grupos de extrema-direita de que, se eu por acaso a fizesse, invadiriam a sala e destruiriam o mobiliário. É claro que não quis que se destruísse o Grémio Literário e não fiz a conferência. Fi-la na primeira oportunidade que me surgiu, que foi no Centro Nacional de Cultura, e publiquei-a na *Brotéria*, tendo, mesmo aí, o texto sofrido cortes. A única versão integral é a que depois publiquei em livro junto com outros artigos sobre o mesmo tema.

#### O ATLAS LINGUÍSTICO

J. M. — *Haverá, na escolha desse tema, alguma relação com os contactos, muito frequentes nas suas viagens pelo País por ocasião da recolha de materiais para o Atlas Linguístico, que manteve*

com pessoas de uma outra cultura para as quais as formas de tratamento determinam o tipo de relacionamento a estabelecer?

L. F. L. C. — Na verdade, não existe uma relação directa. Houve foi uma certa contemporaneidade. Nunca gostei de me fixar dentro de um só campo de investigação: houve sempre uma certa convivência de várias linhas de trabalho. A linha de trabalho sobre os estudos dialectais portugueses iniciei-a por circunstâncias que apenas têm a ver com a minha vida científica, concretamente, a pedido do Professor Menéndez Pidal. Existia um *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* em que se tinha começado a trabalhar antes do início da Guerra Civil de Espanha. As campanhas para a recolha de materiais tinham-se iniciado por volta de 1932. Já nessa primeira fase do trabalho, com a qual nada tive a ver, estava projectada a recolha em Portugal, a qual foi então orientada no nosso país pelo Doutor Armando Nobre de Gusmão. Interrompido o projecto devido à Guerra Civil, só mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, por volta de 1947, é que os colaboradores do *Atlas Lingüístico* pensaram em aproveitar o que estava feito e concluir a investigação. Era então preciso recomençar o inquérito em Portugal. Dada a impossibilidade manifestada pelo Doutor Armando Nobre de Gusmão para o retomar, Menéndez Pidal perguntou-me se estaria disposto a dar continuidade ao projecto. Felizmente respondi que sim, embora estivesse muito ocupado nesse momento, e, com o professor galego Aníbal Otero, começámos, no Verão de 1952 ou 53, a recolher materiais por todo o País, fazendo ao todo cerca de oitenta inquéritos em oitenta localidades portuguesas espalhadas pelas distintas províncias. Foi para mim uma experiência fundamental que muito influiu no curso da minha própria vida, porque tendo sido, até àquele momento, um investigador de gabinete, a partir daí fui, também, um investigador de campo, que estive em contacto com as mulheres e os homens do campo, com a sua vida e os seus problemas, com as carências que então existiam e que, infelizmente, continuam a existir. O trabalho obrigava-nos, ao meu colega e a mim, a permanecer três ou quatro dias instalados numa aldeia que, às vezes, nem sequer tinha uma casa de hóspedes. Tínhamos que nos alojar em casa de algum aldeão, ou na casa que acolhia os caixeiros-viajantes que por ali passavam. Durante dez meses ao todo, repartidos pelos anos de 53 a 56, convivi todos os Verões com gente do povo — aprendi o que era Portugal. Graças ao *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* conheci o Portugal vivo, o Portugal das aldeias e dos portos. Os pescadores e agricultores que respondiam às perguntas do inquérito diziam-nos como denominavam as várias peças de um arado ou de um carro de bois, como se chamavam nesses lugares as várias partes do corpo humano, determinados

insectos e plantas, e partia-se daí para uma conversa que se prolongava durante três dias e que me fez conhecer imensa coisa que ignorava. Aí, sim, tive um grande apoio de Orlando Ribeiro. Deu-me indicações para a escolha das localidades e sobre a maneira de fazer as perguntas. Disse-me o que sabia dos itinerários que seguia. E durante esses anos fiz, sistematicamente, a recolha dos materiais para o *Atlas* de que, infelizmente, só se publicou o primeiro volume. Foram passando os anos e os antigos colaboradores do orientador espanhol do projecto foram desaparecendo ou foram estando impossibilitados de reunir e publicar os materiais. Dos próprios materiais que recolhi só fiquei com a cópia de parte deles, estando a maior parte hoje guardada na Universidade de Santiago de Compostela. Os trabalhos que então comecei a fazer com base nas recolhas efectuadas no campo, foram realizados a partir de notas que transcrevi dos cadernos antes de os mandar para Espanha, onde estava o centro da organização. Mas, como disse, é das coisas fundamentais da minha vida o ter conhecido assim por dentro Portugal inteiro.

**O TRABALHO DE CAMPO E O TRABALHO DE EQUIPA**

J. M. — *Sendo um homem formado pela cultura urbana e letrada, não teve dificuldades no estabelecimento de relações com as populações rurais?*

L. F. L. C. — Nunca senti essa dificuldade. Houve problemas do tipo de suspeitarem que éramos cobradores de impostos ou que éramos contrabandistas e, mesmo, espíões de ladrões de burros. Mas ultrapassada uma primeira fase de contacto, a conversa aquecia e generalizava-se, era muito fácil. Fiquei com grandes amigos entre a gente do campo a quem perguntei tanta coisa e que tiveram tanta paciência para me ouvir e ir respondendo, enquanto eu fazia a minha transcrição fonética dado que na altura ainda não trabalhávamos com gravadores, nem sequer tínhamos transporte próprio. Foi uma grande aventura da minha vida, mas uma aventura a que estou muito agradecido pelo que ela me trouxe de enriquecimento não só científico como humano, principalmente humano. Por isso mesmo, o livro em que decidi reunir os vários estudos que tinha escrito sobre dialectologia, tem um artigo introdutório, mais um prefácio do que um artigo, sobre o interesse humano do estudo dos dialectos e falares populares.

J. M. — *É outra das singularidades do seu trabalho, pois não é muito vulgar encontrar em Portugal uma aliança entre o trabalho de campo e o trabalho científico universitário. Mas também há um aspecto a que não se referiu: o trabalho de equipa. Em Portugal há uma enorme dificuldade em as pessoas trabalharem em equipa. Tem uma experiência muito rica nesse campo...*



L. F. L. C. — Ligando com o que estava a dizer, posso afirmar que um trabalho de equipa já era a excursão anual que fazia com os alunos de Linguística Românica e que se destinava a iniciá-los nos métodos da recolha dialectal. Aquilo mesmo que eu fiz com o meu colega galego, voltei a fazê-lo durante nove anos, uma vez por ano, com um grupo de quarenta a cinquenta alunos que levava em excursões de cinco, seis, sete dias a várias regiões extremas de Portugal, para que aí contactassem as pessoas, não só para ouvir os dialectos mas para que tivessem uma experiência semelhante e paralela àquela que eu tinha feito durante os meus inquéritos dialectais. É com emoção que recordo a constante referência que os meus antigos alunos fazem às excursões em que foram comigo. Alguns tinham sido sempre cidadãos, como eu, e entravam assim em contacto com o campo. Era um trabalho de equipa na medida em que levávamos um questionário para ser preenchido com as respostas das pessoas da aldeia, num trabalho preparado antes por mim. Sentavam-se todos à volta, como se fosse uma aula, uns no chão, outros em pedras, e alguns deles, ou eu próprio, fazíamos as perguntas correspondentes ao questionário, que eram gravadas, visto já então estar disponível um gravador: tanto o nome das coisas, como as conversas e a literatura tradicional que às vezes conseguíamos ouvir. No Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa há um pequeno arquivo dessas gravações feitas durante as excursões dialectais e que incluem, para além da parte respeitante ao questionário, romances e contos tradicionais.

Mas talvez que a resposta esperada para a pergunta fosse relativa aos trabalhos de equipa que orientei no Centro de Estudos Filológicos. Desde que em 1950 entrei para o Centro sempre me pareceu que este não se podia limitar ao papel de editor de uma revista e outras edições e a uma biblioteca. Imaginei transformá-lo num verdadeiro centro de investigação, com equipas de trabalho a dedicarem-se a determinadas obras que me pareciam faltar, e que faltavam, no panorama da linguística portuguesa. E assim consegui, com grande dificuldade, pois pode dizer-se que só tive um certo êxito a partir de 1970, já com a protecção do Professor Veiga Simão e do Ministério da Educação, criar a equipa do «português fundamental», que se dedicava, primeiro, a fazer uma série de entrevistas, destacando, dentro de cada uma delas (e chegaram-se a fazer cerca de 1500) a parte que resultara mais espontânea; depois, a fazer um inquérito por escrito sobre as dez ou quinze palavras que dentro de certos campos semânticos eram as que primeiro ocorriam a um falante. Entregues os resultados desta colheita ao computador, ao fim de dez anos de trabalho chegou-se à elaboração do que hoje se chama o *Portu-*

*guês Fundamental*, ou seja, a lista das 2000/2500 palavras que formam a parte fundamental do vocabulário de qualquer português. Actualmente existe não só esse livro, que é importante para o ensino do português, tanto como língua materna como língua estrangeira, como também existem dois grossos volumes em que se dá uma significativa amostra dos materiais que recolhemos e uma explicação dos métodos que seguimos. Queria dizer que este trabalho de equipa não chegou ao fim sem que eu entregasse a sua direcção a um dos então meus colaboradores, o Professor João Malaca Casteleiro. Foi graças a ele ter tomado a direcção da equipa que o trabalho pôde chegar até ao fim. Eu tinha sido demasiado ambicioso, porque, a par deste trabalho de equipa, também organizei uma equipa para trabalhar num futuro *Atlas Linguístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza*, com uma rede de lugares mais apertada e um questionário mais completo do que os utilizados no Atlas para que tinha trabalhado e de que não se chegara a publicar senão o primeiro volume. Também quis criar alguma coisa no campo da Fonética. Eu não era foneticista; no entanto, tive de dar aulas de Introdução à Fonética, à Fonética Geral, que fora incluída no *currículum* dos cursos. Consegui então que houvesse espaço para o Laboratório de Fonética previsto na que era a nova Faculdade de Letras, e consegui para ele atrair a Doutora Maria Raquel Delgado Martins, que, na altura, se interessava mais pela literatura, mas que, como pessoa inteligente, enérgica e dedicada que era e é, aceitou o meu desafio para ocupar o único lugar de investigador que havia no Laboratório. E, pouco a pouco, foi-se criando um grupo a trabalhar na Fonética do Português: em primeiro lugar, ela, hoje, após uma série de estágios, doutorada em França; depois, no próprio Centro de Linguística, mais duas investigadoras, que trabalham em conjunto e se dedicam a um outro tipo de Fonética, uma Fonética acústica ultra-avançada, sendo orientadas por um professor do MIT, o Professor Stevens. Há ainda um outro grupo para publicação de textos, uma equipa mais ligada ao espírito dos meus primeiros trabalhos e que é hoje orientada fundamentalmente pelo Ivo Castro: destina-se a publicar, segundo normas bem estabelecidas, textos literários e não literários do português medieval e clássico. E é este conjunto de equipas, que foi possível consolidar a partir do 25 de Abril, que hoje funciona no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

J. M. — *Queria colocar uma última questão. Essa capacidade humana de relacionamento e toda a vulnerabilidade que ela implica com certeza que lhe causou alguns problemas de conjugação com a actividade científica. Feitas as contas, considerou isso um prejuízo?*

L. F. L. C. — Não, de forma nenhuma. Mas muitas vezes coloquei-me o problema de se não estaria a dedicar-me demasiadamente à parte pedagógica e à orientação de trabalhos e pouco, ou muito menos, ao trabalho de investigação científica. Houve várias fases na minha vida. Inicialmente predominou a investigação, mas convivendo, enquanto foi possível, com o trabalho pedagógico. Depois houve uma fase em que me dediquei quase exclusivamente à dialectologia e à pedagogia, se posso dizer assim, em poucas palavras. E, mais tarde, notei que tinha produzido muito poucos escritos em certa época da minha vida, mas não me arrependi disso. Agora, a partir de certo momento, senti que era imprescindível dedicar mais tempo aos trabalhos de investigação: à publicação dos que já tinha começado e ao empreendimento de alguns novos. Fui então reduzindo, até porque as condições de saúde me o exigiram, a parte pedagógica correspondente às aulas, embora sem abandonar a orientação de teses de doutoramento e de outros trabalhos de promoção na carreira de investigação. Agora posso dizer que me encontro numa fase de certa recuperação, tanto quanto a saúde me permite, da investigação que tinha ficado um pouco de lado devido ao excesso de aulas, excursões, criação e orientação de equipas. Tarefas em que absorvia quase integralmente o meu tempo, até prejudicar, de certa maneira, a minha vida familiar.